-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Julgue os itens seguintes, em relação às abordagens clássica, científica e contingencial da administração.

51 Na administração contingencial, rejeita-se a existência de um modelo organizacional único e definitivo, defendendo-se que a melhor forma de organização depende de circunstâncias específicas e de variáveis mutáveis, como tecnologia, ambiente e cultura.

52 O surgimento da abordagem clássica da administração decorreu do crescimento acelerado das empresas e da necessidade de aumento da eficiência e da competência das organizações para a obtenção de melhores rendimentos e preparo para a concorrência.

53 Na administração científica, a busca pela máxima eficiência do trabalhador apoiava-se na imposição de horários rígidos de supervisão e em incentivos pecuniários, desconsiderando-se a adequação de ferramentas, o arranjo físico dos equipamentos e a melhoria do ambiente físico.

54 O princípio de planejamento da administração científica preconiza a substituição do critério individual, da improvisação e da atuação empírica do operário por métodos científicos, enquanto o princípio do controle visa assegurar que a execução ocorra conforme o plano estabelecido.

55 A teoria clássica da administração caracteriza-se pelo foco na organização formal e por uma abordagem prescritiva e normativa, estruturando esquemas lógicos e rígidos para orientar o administrador na busca da máxima eficiência.

56 As análises da administração científica são fundamentadas na consideração simultânea de múltiplas variáveis exógenas, sendo a eficiência operacional modelada a partir do impacto de fatores macroeconômicos e culturais.

57 A teoria clássica da administração preconiza o repúdio a princípios de validade universal e o abandono de soluções de cunho pragmático e utilitarista, estando sua análise direcionada para a dinâmica dos sistemas abertos e para as contingências ambientais.

Julgue os próximos itens, acerca das abordagens da teoria das relações humanas e da teoria neoclássica.

58 O processo administrativo, concebido pela teoria neoclássica, constitui o núcleo central dessa abordagem e desdobra-se nas funções de planejamento, organização, direção e controle.

59 A teoria neoclássica caracteriza-se pelo ecletismo e pela ênfase nos resultados, concebendo a administração como a convergência entre aspectos técnicos, direção de pessoas e avaliação do dilema gerado pela centralização e descentralização.

60 Segundo a teoria das relações humanas, o avanço tecnológico desacompanhado do desenvolvimento social compromete a cooperação espontânea, o que exige uma nova gestão focada na integração humana e avessa ao foco exclusivo na eficiência técnica.

61 Embora a abordagem humanística tenha introduzido a centralidade nas pessoas, ela manteve o entendimento de que o sucesso organizacional decorre da formalização de regras, da estrutura burocrática e do controle de processos.

62 O planejamento, concebido pela teoria neoclássica como primeira função do processo administrativo, centra-se primordialmente na fixação de metas e na definição de procedimentos operacionais, que podem estar desvinculados das políticas corporativas.

Acerca da evolução da administração pública no Brasil, no período de 1930 a 1994, julgue os próximos itens.

63 A reestruturação administrativa do governo Collor priorizou o reforço do dirigismo estatal e a expansão do controle direto da economia, abdicando de medidas de desregulamentação, privatização e abertura comercial.

64 O Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), criado no início do Estado Novo, estruturou a administração burocrática no Brasil com base na padronização, no controle de processos e na centralização técnico-administrativa.

65 A reforma administrativa conduzida, no governo de José Sarney, pelo Ministério Extraordinário para Assuntos Administrativos estruturou-se em torno dos princípios de racionalização das estruturas administrativas, política de recursos humanos e contenção dos gastos públicos, com o propósito de modernizar a gestão e conferir maior eficiência à prestação dos serviços públicos.

66 O Decreto-Lei n.º 200/1967 consagrou a centralização administrativa como diretriz prioritária da organização federal, estruturando a execução das atividades estatais no âmbito da administração direta para assegurar a rigidez do controle hierárquico.

67 Durante o período do Estado Novo, o governo brasileiro recorreu à criação de institutos, autarquias e grupos técnicos para intervir diretamente nas relações econômicas e viabilizar a infraestrutura necessária à industrialização do país.

68 A burocracia brasileira, no período em questão, consolidou-se como um modelo protegido contra o clientelismo e estruturado essencialmente para a maximização da eficiência e a prestação de serviços de excelência à sociedade.

A respeito das reformas administrativas ocorridas no Brasil a partir de 1995 e da nova gestão pública, julgue os itens subsecutivos.

69 Desde a estruturação da nova gestão pública no Brasil, em 1995, o conceito de governança pública passou a integrar formalmente o arcabouço normativo nacional como o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle, postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão.

70 A inclusão expressa do princípio da eficiência na Constituição Federal pela EC n.º 19/1998 marcou a transição da administração pública burocrática para a administração gerencial, tendo elevado a exigência de qualidade, rapidez e economicidade ao patamar de princípio constitucional cogente.

71 No contexto do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, de 1995, as proposições de reformas administrativas objetivavam viabilizar a transição para o modelo gerencial, englobando normas de gestão e relações jurídicas de servidores com a administração.

72 Os pressupostos da nova gestão pública, concernentes à desagregação das organizações públicas e à concorrência intragovernamental, mantêm-se preservados na gestão pública atual.

73 No âmbito do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, de 1995, o Projeto Cidadão teve como escopo a extinção de obrigações burocráticas e a desoneração dos órgãos públicos quanto à prestação de contas sobre a qualidade do atendimento prestado à população.

Em relação ao planejamento estratégico nas organizações e às funções de administração, julgue os itens a seguir.

74 A missão de uma organização representa uma projeção idealizada do futuro que ela almeja alcançar a longo prazo, ao passo que a visão descreve a razão de ser da organização e o propósito fundamental que exerce atualmente na sociedade.

75 As principais funções administrativas de organização são definir os objetivos corporativos e designar as lideranças corporativas que conduzirão as equipes rumo ao alcance das metas previamente estipuladas.

76 Como função administrativa, o controle tem relação direta com o planejamento, uma vez que naquele são utilizados os padrões e objetivos previamente definidos como parâmetros para medir o desempenho atual e aplicar ações corretivas, se necessário.

77 O planejamento moderno é regido pelos princípios da flexibilidade e da continuidade, sendo os planos constantemente revisados e adaptados às mudanças e incertezas do ambiente externo e interno.

78 O planejamento tático tem por finalidade desdobrar as diretrizes estabelecidas no planejamento estratégico em metas departamentais, operando no nível intermediário da organização, com foco no médio prazo.

Acerca do BSC (*balanced scorecard*), julgue os itens que se seguem.

79 O BSC restringe-se a um sistema avançado de medição de desempenho tático, sendo inadequado para assumir a função de sistema de gestão estratégica central devido à sua incapacidade de orientar a alocação de recursos corporativos.

80 Ao se adaptar a arquitetura do BSC a organizações do setor público ou entidades sem fins lucrativos, a perspectiva financeira deve ser mantida no topo do mapa estratégico, substituindo-se a maximização do lucro pela estrita eficiência e legalidade na execução orçamentária como objetivo finalístico.

81 De acordo com a premissa central de construção do mapa estratégico no modelo clássico do BSC, todo indicador não financeiro selecionado deve integrar uma cadeia lógica de causa e efeito que culmine na melhoria do desempenho financeiro da organização.

82 Na arquitetura do BSC, os vetores de desempenho (*leading indicators*) são métricas genéricas aplicáveis a diversas organizações, ao passo que os indicadores de resultado (*lagging indicators*) são peculiares e intrinsecamente desenhados para a estratégia específica da empresa.

No que se refere aos tipos de departamentalização, julgue os seguintes itens.

83 A estruturação organizacional orientada por clientes garante elevada personalização do atendimento, contudo apresenta como desvantagem crônica o risco de ociosidade de recursos e a possível perda da visão sistêmica dos objetivos institucionais.

84 Na departamentalização matricial, a sobreposição das estruturas funcional e divisional elimina o princípio clássico da unidade de comando, o que, embora aumente a flexibilidade, gera um ambiente propício a conflitos de autoridade e ao estresse.

85 Na departamentalização por processos, as atividades são agrupadas de acordo com a sequência lógica do fluxo de trabalho na cadeia de valor, característica que reforça os silos hierárquicos entre as diferentes áreas técnicas.

86 A departamentalização funcional é a ideal para organizações que operem em ambientes mutáveis e dinâmicos, pois sua estrutura descentralizada facilita a inovação e a adaptação rápida às novas demandas do mercado.

A respeito de motivação e liderança, julgue os itens subsequentes.

87 O exercício pleno da liderança em uma estrutura organizacional depende indissociavelmente da autoridade formal do cargo, uma vez que a capacidade de influenciar o comportamento das equipes e garantir o alinhamento motivacional deriva, em última instância, do poder de coerção e recompensa estabelecido pelas normativas internas.

88 Em ambientes administrativos que exijam alta discricionariedade, raciocínio heurístico e resolução de problemas complexos, a adoção de sistemas motivacionais fundamentados prioritariamente em incentivos financeiros estritos, como recompensas e punições atreladas a metas quantitativas, tende a reduzir o desempenho global e a sufocar a criatividade a longo prazo.

89 A descentralização do processo decisório por meio da delegação de autoridade aos agentes de linha de frente atua como um inibidor motivacional crônico, pois a transferência de poder aumenta a carga de estresse operacional e a aversão ao risco no atendimento direto ao usuário.

Julgue os próximos itens, relativos à cultura organizacional.

90 A reestruturação arquitetônica de espaços físicos de trabalho associada à publicação de um novo código de ética formal são intervenções gerenciais suficientes para promover uma mudança rápida e duradoura na cultura organizacional.

91 A cultura organizacional corresponde ao conjunto de valores, crenças, costumes e padrões de comportamento compartilhados pelos membros de uma instituição, funcionando como a identidade informal que diferencia uma organização das demais.

92 Uma cultura organizacional fortemente coesa e apegada ao rigor formalista pode atuar como um vetor de resistência orgânica, inviabilizando a execução de um planejamento estratégico voltado para a flexibilidade e resultados.

Acerca da função administrativa de controle, de suas características e dos sistemas de medição de desempenho organizacional, julgue os seguintes itens.

93 Segundo o princípio do controle por exceção, o sistema de avaliação de desempenho deve reportar exaustivamente todas as variações de rotina verificadas na execução dos processos, de forma que, em nível estratégico, seja dedicado tempo igualitário a cada setor da organização.

94 Para a garantia da objetividade analítica e um controle eficaz, deve-se priorizar um sistema de medição de desempenho administrativo focado em indicadores financeiros e quantitativos retroativos, desprezando-se a subjetividade dos indicadores preditivos e qualitativos.

95 A ausência de parâmetros, metas ou padrões de desempenho formalmente estabelecidos na fase de planejamento inviabiliza a eficácia da função de controle, uma vez que o sistema perde sua base objetiva para a avaliação e aplicação de medidas corretivas.

96 A flexibilidade constitui uma característica essencial de um sistema de controle eficaz, pois garante que os mecanismos de medição e os padrões de desempenho possam ser ajustados diante de mudanças imprevistas no ambiente ou na própria estratégia da organização.

Julgue os itens a seguir, relativos ao processo licitatório, de acordo com as disposições da Lei n.º 14.133/2021.

97 No planejamento de compras, não é possível a opção pelo parcelamento quando a escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

98 Faculta-se à administração pública exigir quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação, desde que o valor não exceda o limite de 1% do valor estimado para a contratação.

99 Na contratação de serviço terceirizado, é vedado à administração pública indicar pessoas expressamente nominadas para executar o objeto contratado.

100 Denomina-se credenciamento o procedimento seletivo prévio à licitação, que, convocado por meio de edital, é destinado à análise das condições de habilitação dos interessados ou do objeto.

101 A matriz de riscos é a cláusula contratual que veicula a definição de riscos e de responsabilidades entre as partes, devendo conter, além de outras informações, a listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam causar impacto em seu equilíbrio econômico-financeiro.

102 No processo licitatório, a fase de habilitação antecede, em regra, as fases de apresentação de propostas e de julgamento.

103 Independentemente do prazo de duração do contrato, é obrigatória a previsão, no edital, do índice de reajustamento de preço, cuja data-base deve estar vinculada à data de apresentação da proposta pelo licitante.

104 O critério de julgamento por maior retorno econômico é utilizado exclusivamente para a celebração de contratos de eficiência, devendo a remuneração ser fixada em percentual que incida de forma proporcional à economia efetivamente obtida na execução do contrato.

105 No julgamento por maior desconto, a margem de desconto concedida na proposta vencedora será aplicada apenas ao valor inicial do contrato, não se estendendo a eventuais termos aditivos.

Considerando as disposições da Lei n.º 14.133/2021, julgue os itens que se seguem, referentes à formalização e execução de contratos com a administração pública.

106 Admite-se o contrato verbal com a administração pública no caso de pequenas compras ou de prestação de serviços de pronto pagamento.

107 É livre a escolha, pelo contratado, do preposto que deverá permanecer no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato, sendo prescindível a submissão da escolha ao crivo da administração pública.

108 A fiscalização e o acompanhamento do contrato pelo contratante eximem o contratado de responder pelos danos que causar a terceiros durante a execução do objeto.

109 O prazo para o licitante vencedor assinar o termo de contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que haja solicitação, devidamente justificada, formulada durante o transcurso do prazo de convocação e desde que o motivo seja aceito pela administração pública.

110 Nas contratações de projetos ou de serviços técnicos especializados, incluídos o desenvolvimento de *softwares* e aplicações de Internet, o autor deverá ceder todos os direitos patrimoniais a eles relativos para a administração pública.

No que concerne às infrações e sanções relativas aos contratos com a administração pública, julgue os itens subsequentes, com base na Lei n.º 14.133/2021.

111 A sanção de multa não pode ser aplicada cumulativamente com o impedimento de licitar e contratar.

112 Comete infração o licitante ou o contratado convocado que, durante o prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o termo de contrato ou a fornecer a documentação exigida.

113 A sanção de advertência será aplicada exclusivamente quando o licitante ou contratado der causa à inexecução parcial do contrato, desde que não se justifique a imposição de penalidade mais grave.

114 A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar deve ser precedida de análise jurídica, e, quando imposta na seara de órgão do Poder Executivo estadual, a competência para implementá-la será exclusiva do secretário de Estado correspondente.

115 A prescrição da pretensão punitiva administrativa ocorrerá em cinco anos, contados da data do cometimento da infração, sendo interrompida pela instauração do processo de responsabilização.

116 A aplicação da multa moratória por atraso injustificado na execução do contrato impede que a administração pública a converta em compensatória ou rescinda o contrato unilateralmente.

A respeito do controle dos contratos administrativos, julgue os próximos itens, considerado o disposto na Lei n.º 14.133/2021.

117 Os órgãos de controle terão acesso irrestrito aos documentos necessários à realização dos seus trabalhos, à exceção das informações de caráter sigiloso, cujo acesso está condicionado a prévia autorização judicial.

118 A omissão do órgão contratante na prestação de informações requeridas pelo órgão de controle obsta e suspende a deliberação do controle, paralisando os prazos regimentais de tramitação até que os dados sejam fornecidos.

119 Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica possui legitimidade para representar, perante o controle interno ou o tribunal de contas competente, contra irregularidades na aplicação da referida lei.

120 A primeira linha de defesa no controle das contratações públicas é integrada pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade contratante.

Espaço livre